



**DEBATES TEÓRICOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ORIGEM, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA DO “EMBATE” NEO-NEO**

**THEORETICAL DEBATES IN INTERNATIONAL RELATIONS: ORIGIN, EVOLUTION AND PERSPECTIVE OF THE NEO-NEO "CLASH"**

**DEMETRIUS CESARIO PEREIRA**

Doutor em Ciência Política (USP)

E-mail: demetriuscesario@gmail.com

**RAFAEL ASSUMPÇÃO ROCHA**

Doutorando em Relações Internacionais (UnB)

E-mail: rocha.rafael@gmail.com

**RESUMO:** Este ensaio tem como objetivo localizar o debate chamado de “neo-neo” nas discussões teóricas no campo das Relações Internacionais e estudar possíveis avanços das abordagens (neo) realistas e (neo) liberais no pós Guerra Fria.

**Palavras-chave:** *Teoria de Relações Internacionais – Neoliberalismo – Neorealismo*

**ABSTRACT:** This essay aims to identify the debate called "neo-neo" in theoretical discussions in the International Relations field and to examine possible improvements of (neo) realism and (neo) liberal's approaches in the post-Cold War.

**KEYWORDS:** *International Relations Theory – Neoliberalism – Neorealism*



A disciplina de Relações Internacionais (RI) nasce no entre Guerras, com a primeira cátedra universitária dedicada a este campo de estudo, a Woodrow Wilson, criada em 1919, em Aberystwyth, Reino Unido. A evolução da disciplina e da discussão do seu objeto está também associada às suas vinculações acadêmicas. Nos Estados Unidos, esse processo ocorreu na Ciência Política com a busca pela sujeição empírica e pelo positivismo. No contexto britânico, as RI associaram-se de forma mais autônoma com outras áreas, como o Direito, a Filosofia e a História, admitindo uma construção mais normativa.

De fato, enquanto Ciência Social, a classificação torna-se mais evidente a partir da década de 1940, em que a disciplina de RI caminha marcada pela intangibilidade do seu objeto e assim avança no século XX. Mesmo com as tentativas de sistematização, a evolução do campo de estudos destacou a complexidade da área. Uma das principais características das RI é que os investigadores que se debruçam sobre essa temática não compõem um grupo coeso que se dedica ao estudo de um único elemento, pelo contrário, os estudos se caracterizaram por uma marcante diversidade temática, o que resulta em produções que englobam desde as questões políticas, ideológicas, teóricas, mas também as metodológicas e meta-teóricas.

Este ensaio tem como objetivo localizar o debate chamado de “neo-neo” nas discussões teóricas no campo das RI e estudar possíveis avanços das abordagens (neo) realistas e (neo) liberais no pós Guerra Fria.

### ***OS GRANDES DEBATES TEÓRICOS EM RI***

Nos incipientes anos da nova disciplina um grupo de autores (Angell; Wilson; Woolfe; Noel), como reflexo da ordem social devastada pela I Guerra Mundial, arquitetou as RI a partir de mecanismos que efetivassem um regime institucional que assegurasse a paz e a cooperação entre os Estados. O principal resultado prático desse movimento liberal foi a criação da Liga das Nações, cujo idealizador foi também o



principal expositor dessas ideias, Woodrow Wilson. Crítico às estas propostas surge outro agrupamento de autores, os Realistas, que reivindicam para si uma habilidade de explicar “racionalmente” os conflitos e a distribuição do poder no sistema internacional.

Os realistas caracterizaram os Liberais da época como idealistas e suas propostas como utópicas, ou seja, como uma fase cientificamente infantil e ingênua da Política Internacional. Para eles, a suposta maturidade científica viria a partir dos aportes realistas, cuja matriz exponencial foi a obra de E. Carr “Vinte anos de crise: 1919-1939”.

Nos anos posteriores a II Guerra Mundial a perspectiva realista predominou, sobretudo pela utilidade de seu enfoque (*Realpolitik*) para a política exterior norte-americana. Nesse período, autores como Morgenthau delimitam o objeto de estudo do realismo com relação ao interesse pelas relações de poder entre os Estados, excluindo as questões relativas à economia e propondo o estudo do comportamento dos Estados a partir das leis da natureza humana.

Se, inicialmente os estudos de RI pouco se interessam pelas questões metodológicas, já na década de 1950, a revolução behaviorista alcançou a disciplina, por autores como Morton A. Kaplan, Karl W. Deutsch, James Rosenau, representantes destas escolas das ciências sociais norte-americanas. Já, no contexto da tradição britânica, destacaram-se autores como Hedley Bull e Martin Wight. Este processo incitou o surgimento do segundo grande debate: behavioristas *versus* tradicionalistas.

Os behavioristas apostavam no método das ciências exatas para elaborar leis gerais para as RI. Por outro lado, os tradicionalistas criticavam aquela corrente pelo fetichismo da quantificação, da desconsideração da filosofia e da história e pela ausência de um compromisso normativo. Ao contrário do primeiro debate, este se realizou, de fato, com forte ímpeto em conferências e publicações especializadas. Não obstante, esse processo orientou-se pelo caráter de confronto entre duas correntes nacionais: a perspectiva inglesa e a americana, e, ao se fazer este agrupamento, a diversidade do debate foi ocultada.



O terceiro grande debate da disciplina ocorreu nos anos 1970. Definido como inter-paradigmático, ele foi marcado pelo retorno às questões substantivas das RI. O contexto daquele período (crise do petróleo e da hegemonia norte-americana, desvalorização do dólar) possibilitou o embate entre os neorealistas e os neoliberais, também denominados transnacionalistas. Ao contrário do anterior, que fora baseado em discussão sobre o método científico, este debate emerge, sobretudo com inferência às questões ideológicas, o que impediu o diálogo entre as diferentes perspectivas, pois a crítica recorrente entre as escolas era de que pressupostos do paradigma contrário se assentavam sobre falsas premissas.

Nos anos 1980 emerge o último grande debate, contudo, diferentemente dos anteriores, não apresentava um choque entre duas perspectivas. Ele foi caracterizado por uma bifurcação: de um lado a discussão entre neorealistas e neoliberais e de outro o renascimento do debate metodológico entre racionalistas e “relativistas”. Este debate é mais dificilmente de ser resumido, tem posições críticas, que, por sua vez, têm por origem a “Teoria Crítica” e o “Pós-Modernismo”, que, aliás, também foi tardio nas RI.

Por sua vez, o debate entre racionalismo e relativismo tratou, sobretudo, de discussões meta-teóricas. Os primeiros julgavam objetivamente os comportamentos dos atores das RI e justificavam os argumentos das posições neorrealista e neoliberal. Do outro lado, os relativistas desconfiavam dos modelos científicos e criticavam a formulação de verdades objetivas sobre o mundo social dentro do discurso axiológico dos racionalistas. Defendiam a interpretação histórica e textual, pois, para eles as RI são socialmente construídas.

Uma das principais críticas de tal periodização, ou seja, da classificação da evolução da disciplina pelos “supostos grandes debates”, é se a maneira como se contam os debates faz justiça à complexa natureza das disputas, e se, destacando somente os grandes debates não se deixaria de lado outras controvérsias que ocorreram nesses mesmos períodos. Portanto, não haveria um risco de dar coerência a algo que pode não ter realmente existido?



Neste sentido, vale destacar uma nova tentativa de explicar a evolução e trajetória das disciplinas das RI, pela divisão entre teorias explicativas e teorias normativas. Aqueles adeptos às correntes normativas estão mais preocupados com os propósitos políticos e sociais do conhecimento, ou seja, sobre os interesses cognitivos, as hipóteses do observador e a maneira pela qual os principais atores constroem a imagem do mundo político. Por outro lado, a teoria explicativa busca retirar o investigador do seu objeto de análise, através da separação entre fatos e valores, propondo uma teoria que venha a explicar os fatos e não gaste seus esforços na crítica, mudanças ou melhora do mundo.

### **CONTEXTUALIZANDO O DEBATE NEO-NEO**

A aproximação dos debates entre neorrealistas e neoliberais no início da década de 1980 seria novamente impulsionada pela queda do Muro de Berlim e com o fim da bipolaridade na política internacional.

As discussões das duas correntes teóricas “neo-neo” estabeleceram uma conversa fértil, pois, de um lado, liderados por Robert Keohane, Joseph Nye Jr., Stephen Krasner, Robert Gilpin, Susan Strange, os transnacionalistas construíram um paradigma complementar e não oposto ao realismo, ou seja, propuseram uma integração entre algumas bases realistas e outras liberais, construindo, então, um enfoque multidimensional. O debate se focalizou na cooperação e não no conflito; contudo, houve o distanciamento daquele otimismo liberal clássico, sobretudo, pela defesa de uma cooperação que se diferenciaria do conceito de harmonia entre os atores e processos internacionais (enquanto total identidade e em acordância natural de interesses). Não pode-se deixar de destacar a importância para a contribuição neorrealista de Kenneth Waltz, que já se havia projetado com a publicação de *Man, the State and War* (1959). Sua condição de líder do Neorrealismo foi estabelecida pela publicação da obra que serviu de manifesto dessa corrente teórica: *Theory of International Politics* (1979).

**NEOLIBERALISMO INSTITUCIONAL**

A literatura do Institucionalismo nas RI tem início na década de 50 com David Mitrany e Jean Monnet. Mas, é importante ressaltar as contribuições funcionalista e neofuncionalista, a teoria de regimes de Krasner e a teoria de cartel estatal, mais explorada por Leonhardt. No entanto, conforme o avanço do positivismo e suas implicações metodológicas no desenvolvimento das RI muito foi desconsiderado ou esquecido nas contribuições mais antigas do institucionalismo. Um marco divisor de águas para as construções teóricas desta agenda de investigação foi a publicação do livro *Power e Interdependence* (1977) por Keohane e Nye. Tal livro deu um melhor contorno teórico ao chamado Neoliberalismo Institucionalista.

O argumento central teórico da obra é a interdependência: o poder interestatal não decorre apenas da posse de recursos de poder de coerção, mas de assimetrias em questões específicas das relações de interdependência.

Anos depois, os autores revêm a obra, e adicionam o capítulo intitulado *Afterword*. Nele, os autores afirmam que apenas a tradição liberal detém conceitos e percepções que são mais capazes de entender a atual conjuntura do sistema mundial. A fim de diminuir o tom das críticas em *Power e Interdependence* os autores relembram uma divisão na abordagem dos termos *interdependência* e *interdependência complexa*. A primeira possui conceito aplicável aos problemas clássicos da estratégia política, uma vez que implica que as ações dos Estados e, atores não-estatais significantes, irão impor custos aos outros membros do sistema. Já o conceito de *interdependência complexa* está ligado a uma visão bastante liberal de sistema que aborda as situações entre um determinado número de países em que múltiplos canais de relacionamento conectam as sociedades; não há uma rígida hierarquia de questões sobre a interação entre os atores; e o custo de uso da força, em muitos casos, seja alto o suficiente para evitar seu uso indiscriminadamente. Assim, a interdependência complexa pode ser definida como “objetivos e instrumentos da política de Estado” (KEOHANE; NYE, 2001, p.276), que está limitado a três questões:



emitir articulação, formação de agenda e os papéis das organizações internacionais. Para os autores ainda é interessante ressaltar a problemática da visão sistema/unidade em relação aos múltiplos canais de relacionamento, que implica ver os Estados como entidades não unitárias.

Por outro lado, o conceito de Regimes Internacionais obteve grande aceitação teórica, tem sido utilizado como uma ferramenta capaz de identificar e agrupar os fenômenos a serem explicados. Para os autores, as principais características dos regimes tem sido: uma maneira de explicar como a estrutura pode alterar ou modificar as capacidades dos atores inseridos nela. Para eles, um conflito entre teoria estrutural e teoria sistêmica sobressaiu nesta discussão, em que a teoria estrutural é interessante já que utiliza uma abordagem das instituições internacionais, enquanto a teoria sistêmica incorpora além das estruturas de poder os processos políticos.

De forma a sintetizar as principais ideias desta corrente, destacam-se: i) a anarquia internacional é a ausência de uma autoridade acima dos Estados, mas há estruturas de autoridade, como a governança global; ii) os Estados continuam sendo os principais atores, mas não os únicos, admitem-se também: organizações internacionais, organizações não governamentais, corporações transnacionais; iii) as mudanças no nível unitário alteram o efeito da anarquia internacional: regimes, instituições, interdependência; iv) a estrutura do sistema complexo geram vários padrões de interação estatal e não estatal, v) o Estado busca ganhos absolutos incertos, mas pela cooperação assegura ganhos relativos mais seguros (Baldwin (1993) e Grieco (1993)).

**NEORREALISMO**

O conceito do neorrealismo foi lançado por Waltz, e enfatiza a prevalência do poder político sobre o econômico, procurando compreender as estruturas do sistema internacional, sistematizando o realismo em bases mais racionais (em relação à concepção clássica) e adotando conceitos de microeconomia. O neorrealismo vê como limitadas as cooperações internacionais (HERZ 1997).

Assim, para os neorrealistas o sistema internacional segue anárquico. O Estado é o principal ator e age conforme as oportunidades e limitações do sistema. No entanto, no neorrealismo admite a existências de novos atores nas relações internacionais, como as organizações internacionais, empresas transnacionais e organizações não-governamentais.

Waltz argumenta a favor de aproximação sistêmica, e que os constrangimentos estruturais sobre as estratégias e motivações dos agentes neste sistema são a característica mais determinante para o entendimento do mesmo. Ele alega que dois elementos da estrutura do sistema internacional são constantes: a falta de uma autoridade global, que significa que o seu princípio de ordenação é anarquia, e o princípio da autoajuda (buscam apenas ganhos relativos de poder), que significa que todas as unidades possuem funcionalidade semelhante. Desta forma ao final da década de 1970 o Realismo Clássico é suplantado pelo Neorrealismo.

O pensamento neorrealista compartilha uma gama de características ou elementos em comum. Dentro destas características fundamentais estão: i) a anarquia ou a ausência de uma hierarquia no ambiente internacional, limitando cada ator a se preocupar com sua sobrevivência; ii) a busca por segurança estatal em um sistema anárquico, onde o acúmulo de recursos é a única maneira de garantir a segurança individual de cada Estado; iii) a análise do sistema em nível unitário, onde os Estados são unidades distintas cada uma com interesses díspares; iv) a necessidade de cada Estado prover sua própria segurança, sendo o mesmo o único responsável direto por sua própria sobrevivência, causando um efeito de primazia deste esforço; v) as



relações de poder entre os Estados são marcadas pelas capacidades relativas de ação nas esferas militar e econômica; vi) estados soberanos são os principais atores do sistema internacional e atenção especial é concedida às grandes potências, pois têm mais influência na cena internacional; e vii) instituições internacionais, organizações não governamentais, corporações multinacionais, indivíduos e outros atores sub-estatais ou trans-estatais são vistos como tendo pouca influência independente.

### **AVANÇOS DAS TEORIAS “NEO-NEO” NO PÓS GUERRA FRIA?**

O mundo pós Guerra Fria já não tem fissuras ideológicas tão marcantes que legitimava a inserção das questões de poder no centro da agenda internacional. Neste sentido, o realismo e suas vertentes aportam cada vez menos propostas relevantes para os debates de teorias de relações internacionais. Mas, de todos os modos, conforme ressalta Charles W. Jr Kegley, a tela das relações internacionais não precisa pintada com uma única cor, ou teoria.

Kegley (1993) projeta seis desenvolvimentos importantes em longo prazo na política internacional: i) a dispersão de poder entre os Estados mais poderosos e potencial ressurgimento de um sistema multipolar; ii) a crescente influência política dos atores não estatais, como multinacionais corporações; iii) o ressurgimento do hipernacionalismo, que pode levar a uma nova onda de desintegração nacional devida o fortalecimento de minorias que buscam independência; iv) a internacionalização crescente da economia nacional, iv) a crescente disparidade entre o mundo de ricos e pobres; e iv) a inabalável deterioração do ecossistema global. O autor propõe uma abordagem com premissas neo Wilsonianas, ou seja, um aporte normativo, prescritivo, capaz de propor soluções para os estrangulamentos impostos pelo fim do conflito bipolar.

Keohane e Nye apostam nos desenvolvimento do institucionalismo liberal no sentido de trazer para o debate uma agenda de pesquisa que amplie o papel das



políticas internas nos estudos das instituições internacionais e em maior medida na política internacional. Ao passo que Lisa Martin e Beth Simmons (1998) avaliam que as teorias de institucionalismo em nível doméstico baseadas na teoria dos jogos possuem grande potencial para ajudar a entender a maneira como são elaboradas as políticas a nível internacional. Tais modelos resgatam da teoria não cooperativa os pressupostos da racionalidade dos atores, e a ausência de um ator externo capaz de impor o cumprimento dos acordos.

Estes desenvolvimentos sugerem que o papel que as organizações internacionais desempenham nas relações internacionais está mudando e que novas ferramentas teóricas são necessárias para entendermos essas transformações. As contribuições de Keohane e Nye foram de extrema importância na medida em que utilizaram uma abordagem positivista com referência ao neorealismo de Waltz.

Somam-se às questões acima, os debates acerca de governança global e globalização são temas centrais dentro do estudo da política mundial contemporânea. Dentro do contexto de dúvida a respeito da ordem mundial no pós Guerra Fria, tais debates ganharam força entre os autores das RI, como James N. Rosenau, Manuel Castells e Andrew Moravcsik. Os autores identificam uma mudança estrutural estimulada pela ascensão de uma sociedade civil global. Governança e ordem passaram a ser interesse de outros atores além do Estado, neste contexto, onde o Estado é desafiado e forçado a se readaptar, faz-se necessário aprofundar nossas percepções sobre o assunto em pauta.

Rosenau (2000) define governança como um sistema de ordenação global que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente constituídos, abrangendo as instituições governamentais e também os mecanismos informais de caráter não governamental. Já Castells (2005) entende governança por duas vias. Por um lado, a governança se refere às instituições políticas encarregadas de gerenciar a transição estrutural mundial nos setores tecnológico, econômico, cultural e institucional. Por outro lado, Castells (2005) destaca o papel dos



Estados no processo de governança global, no qual os estes atores podem maximizar o interesse nacional, em prejuízo da criação de novas instituições de governança.

Por fim, Moravcsik (2008) trata de um “Novo Liberalismo” para o século XXI, em que reformula a abordagem liberal para tirar-lhe aspectos utópicos e estabelecer contato com o estudo empírico de política internacional. Para o autor, os Estados agem de forma instrumental para alcançar objetivos em defesa de seus cidadãos. Ao agir assim, comportam-se influenciados pelas ideias sociais, interesses e instituições. Em outras palavras, é este conjunto de variáveis que determinam a preferência dos Estados.

Ele relata que a preferência dos Estados é a configuração mais importante na política mundial, ao passo que os analistas de relações internacionais deveriam dar prioridade a esta variável em seus estudos. Moravcsik (2008) sugere que as preferências dos indivíduos e da sociedade civil agem como um “cinto de transmissão” na constituição da política externa de determinado Estado. Desta maneira, a preferência social delimitará a preferência dos Estados, sendo que esta última é representada pela política externa. As preferências dos Estados poderiam ser explicadas por três variáveis: i) a identidade da sociedade; ii) o campo de interesse (liberalismo comercial, por exemplo); e iii) a estrutura institucional que representa a política doméstica.

O fim da Guerra Fria e o início do século XXI impulsionaram um processo de transformação estrutural, nas dimensões tecnológica, econômica, cultural e institucional. Assim, o liberalismo da atualidade traz algumas premissas: i) os indivíduos e a sociedade civil tem a capacidade de influenciar as políticas globais; ii) o Estado não é mais visto como o único ator relevante da política internacional; iii) há uma visão otimista, a mudança é possível, apesar de que ocorra de forma lenta e gradual, que faz algumas referências ao idealismo do pós I Guerra Mundial; e iv) o Estado estaria obsoleto em estabelecer novos padrões de governança global em assuntos como direitos humanos, meio ambiente.



Já em relação aos desenvolvimentos das correntes realistas no pós Guerra Fria, destacam-se duas propostas. No artigo *Back to the future: Instability in Europe after the cold war*, John Mearsheimer (1990) adota em sua análise elementos essenciais do pensamento realista. Destarte, verifica-se um pessimismo do autor sobre o comportamento e as motivações humanas, sendo o ser humano motivado pelo poder e pela segurança. O Estado para Mearsheimer é o ator central nas relações internacionais, e procura sobreviver em um ambiente anárquico através da maximização de seu poder. Essa luta pela sobrevivência é definida pelo elemento realista da anarquia, quando o autor define o sistema internacional como um ambiente anárquico, o mesmo presume que não há instituição capaz de proteger os Estados um dos outros, desta maneira o Estado deve garantir sua própria existência através do poder, que para Mearsheimer está ligado a capacidade militar que o mesmo possui.

Como um segundo aporte aos desenvolvimentos realistas no pós Guerra Fria, apontam-se as teorias de política externa. A exemplo disso, Gideon Rose (1998) aborda, em seu artigo *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*, a maneira pela qual os atores buscam realizar suas necessidade e objetivos no contexto externo. Assim, a política externa é guiada por fatores tanto externos quanto internos, este último deve vir acompanhado de uma análise das condições específicas em que o mesmo pode ser relevado.

O realismo neoclássico propõe a análise nas duas dimensões, atualizando e sistematizando as percepções encontradas no pensamento do realismo clássico. Seus aderentes propõem que a política externa de um país é guiada em primeiro lugar pela sua colocação no sistema internacional, e especificamente pela sua capacidade de seu poder relativo material. Para os realistas neoclássicos, o poder relativo determina os parâmetros da política externa de um país, sendo que é ali que a análise de uma política externa deveria começar. Ao incluir os objetivos e interesses de um Estado é possível delimitar o grau que o mesmo desempenha como status quo ou como Estado revisionista, e se o mesmo está satisfeito ou insatisfeito com a distribuição internacional e os princípios do sistema.



Para sustentar sua teoria de política externa os realistas neoclássicos têm buscado dados em narrativas ou casos de estudo, relatando como as grandes potências têm respondido ao aumento ou declínio do poder relativo material.

O debate neo-neo levou a convergências em termos axiológicos dos dois lados, revalidando uma aceitação epistemológica em ambas as partes, aproximando também os aportes econômicos e modelos metodológicos.

David Baldwin (1993) buscou organizar a agenda do debate neo-neo em seis pontos: i) a natureza e consequência da anarquia internacional, - em que os neorrealistas acreditam, mais do que os neoliberais, que a segurança física constitui a maior motivação para as ações do Estado; ii) a cooperação internacional, - que para os neorrealistas é incerta e para os neoliberais, mais otimistas, há a possibilidade de se alcançar esse tipo de cooperação; iii) os ganhos resultantes da cooperação internacional, - para os neorrealistas só resultaria em ganhos relativos, e para os neoliberais há a possibilidade de ganhos absolutos; iv) os problemas centrais, - os neorrealistas tendem a considerar a segurança nacional como problema central, ao passo que os neoliberais se preocupam mais com a compreensão de questões de economia política internacional, de modo que as duas tendências têm perspectivas bastante diferentes quanto à cooperação; v) a capacidade, as intenções e a percepção, - os neorrealistas concentram-se em capacidades demonstradas, enquanto que os neoliberais se voltam mais para as intenções e percepções; e vi) o papel das instituições: os neoliberais acreditam que as instituições são capazes de contribuir para minimizar o problema da anarquia, enquanto que os neorrealistas duvidam dessa capacidade das instituições.

As correntes se aproximaram com entendimento acerca dos Regimes Internacionais e sobre formas de cooperação, ainda que os neorrealistas vejam a cooperação como uma forma de maximização de lucros relativos aos parceiros, mantendo assim a estrutura de poder, enquanto os neoliberais percebem a cooperação motivada pelos resultados absolutos.



Para Jack Snyder (2004), os realistas deveriam explicar se as políticas com base em cálculos de poder possuem legitimidade suficiente para perdurar no debate teórico. Já os liberais devem considerar se as instituições democráticas nascentes conseguem ser imparciais e não ceder às pressões dos Estados mais fortes. Assim, para o autor, as teorias das relações internacionais afirmam explicar a forma como funciona a política internacional, mas cada uma destas teorias está aquém desse objetivo. Uma das principais contribuições que a teoria das relações internacionais podem fazer não é prever o futuro, mas fornecer um arcabouço conceitual a fim de conseguir formular grandes indagações para aqueles que pensam que a mudança do mundo é fácil.

Assim, conforme analisado, as premissas do pensamento realista (poder, conflito, interesse e racionalidade), apesar de serem observadas no pós Guerra Fria, cedem espaço para as correntes liberais que tratam sobre questões de interdependência econômica, cultural e política, processos de globalização e de inserção dos indivíduos na agenda internacional. Colocou-se destaque também sobre a crescente institucionalização do sistema internacional. Desta maneira, pode-se inferir que a corrente liberal após 1989 buscou incorporar os conceitos fundamentais do realismo às suas abordagens, ao passo que as correntes realistas focaram-se em análises específicas, como as questões de política externa.



## REFERÊNCIAS

BALDWIN, David. Neoliberalism, Neorealism, and World Politics. In: BALDWIN, David (ed.). Neorealism, Neoliberalism: the contemporary debate. New York: Columbia University Press, 1993. Cap. 1.

CASTELLS, Manuel. Global Governance and Global Politics. Political Science and Politics, 2005, pp. 9-16.

FORTNA, V. Page e MARTIN, Lisa. Peacekeepers as Signals: The Demand for International Peacekeeping in Civil Wars, in: Milner, Helen V. e Moravcsik, Andrew (eds.), Power, interdependence, and Nonstate Actors in World Politics. Princeton University Press, 2009.

GILPIN, Robert. The Richness of the tradition of Political Realism, International Organization, vo. 38, nº. 2, 1984, pp.287-304.

GRIECO, Joseph M. Understanding the problem of international cooperation: the limits of neoliberal institutionalism and the future of realist theory. In: BALDWIN, David (ed.). Neorealism, Neoliberalism: the contemporary debate. New York: Columbia University Press, 1993. Cap.11.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

KEGLEY Jr., Charles. The neoidealist moment in international relations? Realist myths and the new international realities. International Studies Quarterly. Vol 37, n.2, 1993.

KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. Power and Interdependence, 3a ed. New York: Longman, 2001.

KEOHANE, Rober O. International institutions: can interdependence work? Foreign Policy, vol. 110, 1998, pp.82-96.

MARTIN, Lisa L. e SIMMONS, Beth A. Theories and Empirical Studies of International Institutions, International Organization, vol. 52, no. 4, 1998, pp. 729-757.

MEARSHEIMER, John J. Back to the Future. Instability in Europe After the Cold War. International Security, vol. 15, 1990, pp. 5-56.

MORAVCSIK, Andrew. The New Liberalism. In: Reus Smith, Christina e Snidal Duncan. The Oxford Handbook of International Relations, Oxford: Oxford University Press, 2008, pp. 235-254.



DEMETRIUS CESARIO PEREIRA & RAFAEL ASSUMPÇÃO ROCHA

ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. *World Politics*, vol. 51, nº. 1, oct. 1998, pp. 144-172.

ROSENAU, James. Justifying Jailbreaks – the limits of contemporary concepts and methods. In: *Turbulence in World Politics: a theory of change and continuity*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial”. In: Ronseau, James e Czempiel, Ernst-Otto (organizadores). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 11-46.

SNYDER, JACK. One World, Rival Theories. *Foreign Policy*, nov-dec. 2004, pp.52-62.

WALTZ, Kenneth. Structural Realism After the Cold War. *International Security*, 2000, Vol. 25, No. 1 (Summer 2000), pp. 5–41.

**Recebido em 18 de março de 2015.**

**Aceito em 03 de abril de 2015.**